

Alca e reforma tributária

José Luís Oreiro; *

Em artigo publicado nesta página, os economistas Alexandre Cunha e Arilton Teixeira defenderam a tese de que o Brasil - imagino que no próximo governo - deveria simultaneamente reduzir a carga tributária e ingressar na Alca, o que produziria um expressivo ganho de produtividade e um aumento do bem-estar social do cidadão brasileiro médio.

Essa tese se baseia em experimentos computacionais nos quais uma economia fictícia é submetida a um duplo choque - redução dos impostos indiretos sobre consumo e eliminação de todos os impostos de importação. Nesse contexto, ajustando-se o modelo computacional com base nos valores reais da economia brasileira no ano de 1997, o resultado do experimento é um ganho de bem-estar equivalente a 2,4% do PIB brasileiro desse ano.

O ponto a ser ressaltado é que experimentos computacionais são uma base extremamente frágil para se raciocinar com propostas concretas de política econômica. Com efeito, o modelo computacional utilizado pelos autores - o qual, infelizmente, não se encontra publicamente disponível de forma a possibilitar ao leitor uma análise crítica do mesmo - pode estar desconsiderando importantes aspectos do mundo real, por exemplo, a existência de imperfeições de mercado como informação assimétrica, retornos crescentes de escala e custos de ajustamento, os quais, se introduzidos no modelo, podem mudar completamente as conclusões obtidas pelos autores em seus exercícios de simulação. Os resultados de uma simulação refletem, em última instância, as hipóteses adotadas por aqueles que estão conduzindo esses experimentos. Se as hipóteses forem irrealistas ou pouco plausíveis, os resultados obtidos serão contrafactuais.

No entanto, os autores apontam uma razão concreta - que não foi incluída no seu experimento computacional -, segundo a qual, o Brasil teria ganhos de produtividade e bem-estar ao ingressar na Alca. O argumento é que a abertura súbita da economia à competição com as empresas e os produtos americanos obrigará as empresas brasileiras a adotarem as tecnologias mais avançadas de suas congêneres do Hemisfério Norte.

Ao que parece, os autores consideram a tecnologia como um bem publicamente disponível a todas as empresas do mundo, de tal forma que basta ameaçar as empresas nacionais com a abertura dos mercados para que elas prontamente passem a adotar a tecnologia de ponta.

Esta é uma visão equivocada do processo de transferência de tecnologia entre os países. A tecnologia é um bem excludível - ou seja, seu uso só é possível mediante o pagamento de direitos de royalties - e incorporado em novas máquinas e equipamentos. Isto significa que sua transferência só é possível por intermédio da compra de equipamentos de capital que incorporem as tecnologias de produção mais avançadas disponíveis no mundo.

Logo, o aumento de produtividade não ocorre automaticamente em resposta a súbita abertura da economia, mas é o resultado de um processo de modernização das empresas nacionais que passam a investir na atualização tecnológica dos seus equipamentos.

Esse processo é lento e exige um aumento expressivo da taxa de investimento na economia brasileira para, digamos, 25% do PIB. Dado o nível atual da taxa real de juros - em torno de 11% ao ano - é extremamente improvável um aumento substancial da taxa de investimento. Nesse contexto, o único resultado da súbita abertura da economia seria a destruição das empresas nacionais pela concorrência com as empresas americanas e, desta forma, um aumento da taxa de desemprego.

Sendo assim, não há base objetiva para sustentar a tese de que a adesão do Brasil à Alca produzirá um aumento do bem-estar do cidadão brasileiro médio.

* Professor da Universidade
Federal Fluminense